

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2018 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Norte do Espírito Santo – Sicoob Norte em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2018, o Sicoob Norte completou 30 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2. Nosso Desempenho

2.1) Resultado

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	
Demonstração do Resultado do Período			Varição
Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	85.151	90.019	- 5,41
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	57.410	66.171	-13,24
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	11.443	8.559	33,7
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	19.547	17.551	11,37
Receitas com Ato Não Cooperativo	9.436	6.186	52,54
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	50.175	46.901	6,98
Despesas Tributárias	1.198	1.085	10,41
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	6.542	12.881	-49,21
Ingressos de Depósitos Interooperativos	15.678	14.566	7,63
Juros ao Capital	8.228	12.061	- 31,78
Sobras Bruta do exercício	16.165	19.618	- 17,60

Contribuíram para compor as sobras do exercício de 2018:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 11,37% e a receitas com ato não Cooperativo aumentou 52,54% em relação ao mesmo período de 2017.

Quanto as despesas, a variação das despesas com pessoal e administrativas e outras operacionais, em relação ao mesmo período de 2017, foi de 6,68%.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 38,96%.

2.2) Dados Patrimoniais

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	
Balanco Patrimonial			Varição
Ativos Totais	948.665	870.301	9,00
Centralização Financeira	295.743	195.130	51,56
Carteira de Crédito	708.104	724.166	- 2,22
Depósitos	422.069	335.835	25,68
Patrimônio Líquido	203.882	198.015	2,96
Patrimônio de Referência (PR)	186.263	197.998	- 5,93

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2018:

O total de ativos atingiu R\$ 948.665 mil ao final do exercício de 2018, com crescimento de 9,00% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os valores de centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiu em 31/12/2018 o saldo de R\$ 295.743 mil tendo assim um crescimento no mesmo período em 2017 de 51,56%.

Os depósitos obtiveram um aumento de 25,68% considerando o mesmo período de 2017, atingindo no final do exercício de 2018 o montante de R\$ 422.069 mil.

O patrimônio líquido cresceu 2,96% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 203.882 mil.

2.2) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

	31/12/2018		31/12/2017		Em Milhares R\$		%
	PF	PJ	PF	PJ	Valor total	% Total	
Carteira de Crédito							Varição
Crédito Rural	266.845	31.853	298.698	283.861	26.758	310.619	-11,921
Empréstimos	146.187	218.477	364.664	150.684	214.376	365.060	- 396
Títulos descontados	8.046	25.659	33.705	10.649	27.203	37.852	-4.147
Conta Corrente	6.706	4.331	11.037	6.681	3.954	10.635	402
Total	427.784	280.320	708.104	451.875	272.291	724.166	-16.062

3) Pessoas

Contávamos com 229 colaboradores no final de dezembro de 2018. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$19.765 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2018, houve uma concentração de 69,53% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2018, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 80 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa. Dessas demandas, as 35 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

São Gabriel da Palha – ES, 31 de dezembro de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanco Patrimonial

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		713.066	615.419
Disponibilidades	3.(u)	14.191	7.663
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	4.168	-
Títulos e Valores Mobiliários	4.1	263	919
Carteira Própria		263	919
Relações Interfinanceiras	5	295.743	195.130
Centralização Financeira - Cooperativas	3.(u)	295.743	195.130
Operações de Crédito	6	378.777	400.292
Empréstimos e Títulos Descontados		252.625	288.548
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		191.466	175.806
(-) Provisão para Operações de Crédito		(65.314)	(64.062)
Outros Créditos	7	6.034	3.459
Créditos por Avalis e Fianças Honorados		1.156	1.351
Rendas a Receber		4.007	1.802
Diversos		1.844	1.317
(-) Provisão para Outros Créditos de Liq. Duvidosa		(973)	(1.011)
Outros Valores e Bens	8	13.890	7.956
Outros Valores e Bens		16.261	7.911
(-) Provisão para Desvalorizações		(2.931)	-
Despesas Antecipadas		560	45
Não Circulante		235.599	254.882
Realizável a Longo Prazo		201.134	222.215
Títulos e Valores Mobiliários	4.1	-	373
Carteira Própria		-	373
Operações de Crédito	6	196.612	217.604
Empréstimos e Títulos Descontados		156.781	124.999
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		107.232	134.813
(-) Provisão para Operações de Crédito		(67.401)	(42.208)
Outros Créditos		4.522	4.238
Diversos	27	4.522	4.238
Permanente		34.465	32.667
Investimentos	9	25.979	22.948
Participação em Cooperativa Central de Crédito		17.581	15.496
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		8.398	7.452
Imobilizado de Uso	10	8.405	9.599
Imóveis de Uso		4.604	4.604
Outras Imobilizações de Uso		12.971	12.961
(-) Depreciações Acumuladas		(9.170)	(7.966)
Intangível	10.1	81	120
Ativos Intangíveis		919	876
(-) Amortização Acumulada		(838)	(756)
TOTAL		948.665	870.301
PASSIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		592.171	510.864
Depósitos	11	422.069	335.835
Depósito à Vista		139.582	90.338
Depósito Sob Aviso		4.188	4.425
Depósito a Prazo		278.299	241.072
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias	11.1	6.081	-
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias		6.081	-
Relações Interfinanceiras		137.346	149.537
Repasse Interfinanceiros	12.1	137.313	149.505
Correspondentes	12.4	33	32
Relações Interdependências		2.776	3.268
Recursos em Trânsito de Terceiros	13	2.776	3.268
Obrigações Por Empréstimos e Repasses		7.644	7.644
Empréstimos no País - Outras Instituições	12.2	7.644	7.644
Outras Obrigações		16.255	14.800
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	14.1	111	242
Sociais e Estatutárias	14.2	6.475	6.944
Fiscais e Previdenciárias	14.3	1.098	1.327
Diversas	14.4	8.571	6.067
Não Circulante		152.612	161.422
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias	11.1	21.643	14.177
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias		21.643	14.177
Relações Interfinanceiras		125.947	142.790
Repasse Interfinanceiros	12.1	125.947	142.790
Outras Obrigações		5.022	4.455
Diversas	27	5.022	4.455
Patrimônio Líquido		203.882	198.015
Capital Social	16	131.364	129.376
De Domiciliados No País		132.393	130.195
(-) Capital a Realizar		(1.029)	(819)
Reserva de Sobras		69.709	65.675
Sobras Acumuladas		2.809	2.964
TOTAL		948.665	870.301

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Sobras ou Perdas

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

	Nota	2º SEM. 2018	31/12/2018	31/12/2017
Ingressos da Intermediação Financeira	19.1	60.445	126.958	139.262
Operações de Crédito		60.309	126.763	138.267
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		128	168	-
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	4.2	8	27	995
Dispêndios da Intermediação Financeira	20.1	(58.519)	(99.217)	(115.324)
Operações de Captação no Mercado	11.(b)	(9.730)	(18.374)	(25.935)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	12.3	(11.373)	(23.433)	(23.308)
Provisão para Operações de Créditos		(37.416)	(57.410)	(66.081)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		1.926	27.741	23.938
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais		(2.853)	(6.738)	(3.151)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		6.193	11.974	11.009
Rendas (Ingressos) de Tarifas		3.933	7.573	6.542
Dispêndios/Despesas de Pessoal	21	(10.412)	(19.765)	(19.120)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	22	(11.799)	(23.373)	(22.065)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(630)	(1.198)	(1.085)
Ingressos de Depósitos Interooperativos	5.1	9.102	15.678	14.566
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	19	5.432	9.410	12.808
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	20	(4.672)	(7.037)	(5.806)
Resultado Operacional		(927)	21.003	20.787
Resultado Não Operacional		(2.870)	(2.868)	73
Resultado Antes da Tributação e Participações		(3.797)	18.135	20.860
Participações nos Resultados de Empregados		(1.021)	(1.970)	(1.242)
Sobras / Perdas antes das Destinações		(4.818)	16.165	19.618
Destinações legais e Estatutárias		(5.128)	(4.593)	(4.593)
F.A.T.E.S.			(1.094)	(517)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Sobras ou Perdas

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

	Nota	2º SEM. 2018	31/12/2018	31/12/2017
Reserva Legal			(3.962)	(4.076)
Fundo de Investimento Social - FIS			(72)	
Resultado antes do Juros ao Capital			11.037	15.025
Juros ao Capital	18		(8.228)	(12.061)
Sobras / Perdas Líquidas			2.809	2.964

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Estatutárias		
Saldos em 31/12/2016	122.759	(862)	61.599		5.841	189.337
Ajuste de Exercício Anterior						-
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						-
. Ao Capital	5.836				(5.836)	-
. Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(5)	(5)
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	4.446	43				4.489
Por Devolução (-)	(11.490)					(11.490)
Estorno/Cancelamento de Capital	(483)					(483)
Reversões de Reservas						-
Sobras ou Perdas Líquidas					19.618	19.618
Provisão de Juros ao Capital					(12.061)	(12.061)
Subscrição do Juros ao Capital	12.061					12.061
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.269)					(2.269)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(347)					(347)
IRRF sobre Juros ao Capital	(318)					(318)
Fates Atos Não Cooperativos						(147)
Destinação das Sobras do Exercício:						-
. Fundo de Reserva			4.076		(4.076)	-
. F A T E S					(370)	(370)
Saldos em 31/12/2017	130.195	(819)	65.675	-	2.964	198.015
Saldos em 31/12/2017	130.195	(819)	65.675	-	2.964	198.015
Ajuste de Exercício Anterior						-
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						-
. Ao Capital	2.960				(2.960)	-
. Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(4)	(4)
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	4.853	(210)				4.643
Por Devolução (-)	(11.671)					(11.671)
Estorno/Cancelamento de Capital	(479)					(479)
Reversões de Reservas						-
Sobras ou Perdas Líquidas					16.165	16.165
Provisão de Juros ao Capital					(8.228)	(8.228)
Subscrição do Juros ao Capital	8.228					8.228
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.568)					(1.568)
IRRF sobre Juros ao Capital	(125)					(125)
Fates Atos Não Cooperativos						(734)
Destinação das Sobras do Exercício:						-
. Fundo de Reserva			3.962		(3.962)	-
. Fundo de Investimento Social				72	(72)	-
. F A T E S					(360)	(360)
Saldos em 31/12/2018	132.393	(1.029)	69.637	72	2.809	203.882
Saldos em 30/06/2018	129.724	(898)	65.675	-	16.901	211.402
Ajuste de Exercício Anterior						-
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	2.416	(131)				2.285
Por Devolução (-)	(5.934)					(5.934)
Estorno/Cancelamento de Capital	(348)					(348)
Sobras ou Perdas Líquidas					(4.818)	(4.818)
Provisão de Juros ao Capital					(4.146)	(4.146)
Subscrição do Juros ao Capital	8.228				-	8.228
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.568)					(1.568)
IRRF sobre Juros ao Capital	(125)					(125)
Fates Atos Não Cooperativos						(734)
Destinação das Sobras do Exercício:						-
. Fundo de Reserva			3.962		(3.962)	-
. Fundo de Investimento Social				72	(72)	-
. F A T E S					(360)	(360)
Saldos em 31/12/2018	132.393	(1.029)	69.637	72	2.809	203.882

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2018	12/31/2018	12/31/2017
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações	(3.797)	18.135	20.860
Participações nos Resultados de Empregados	(1.021)	(1.970)	(1.242)
Depreciações e Amortizações	764	1.573	1.607
Provisão de Juros ao Capital	(4.146)	(8.228)	(12.061)
Provisão para perda com operações de crédito	37.416	57.410	66.081
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	-	19	61
Resultado de participação de coligadas e controladas e Distribuição de Sobras	-	(927)	(866)
Resultado da venda de Ativo Imobilizado	-	-	(29)
	29.216	66.012	74.411
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(128)	(4.168)	-
Títulos e Valores Mobiliários	19	1.030	25.195
Relações Interfinanceiras	219	-	-
Operações de Crédito	12.105	(14.904)	(54.814)
Outros Créditos	(2.126)	(2.859)	(468)
Outros Valores e Bens	(1.148)	(5.933)	(7.744)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	10.230	49.244	13.354
Depósitos sob Aviso	6	(237)	(371)
Depósitos a Prazo	21.288	37.227	(18.250)
Recur. De Aceites Cambiais, Letras	5.591	13.546	14.177
Outras Obrigações	(1.265)	2.242	(2.910)
Relações Interfinanceiras	(12.851)	(29.034)	63.184
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	773
Relações Interdependências	2.693	(492)	(1.868)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	63.849	111.674	104.669
Atividades de Investimentos			
Recebimento Dividendos	-	927	866
Aplicação no Intangível	(43)	(43)	(18)
Inversões em Imobilizado de Uso	(96)	(316)	(2.603)
Inversões em Investimentos	(2.085)	(3.031)	(1.254)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(2.224)	(2.463)	(3.009)
Atividades de Financiamentos			

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2018	12/31/2018	12/31/2017
Aumento por novos aportes de Capital	2.285	4.643	4.489
Devolução de Capital à Cooperados	(5.934)	(11.671)	(11.490)
Estorno/Cancelamento de Capital	(348)	(479)	(483)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(4)	(5)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(734)	(734)	(147)
FATES Sobras Exercício	(360)	(360)	(370)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	-	-	(347)
Subscrição do Juros ao Capital	8.228	8.228	12.061
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.568)	(1.568)	(2.269)
IRRF sobre Juros ao Capital	(125)	(125)	(318)
Aumento de Reservas			
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	1.444	(2.070)	1.121
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	63.069	107.141	102.781
Modificações em Disponibilidades Líquidas			
No Início do Período	246.865	202.793	99.922
No Fim do Período - nota 3.(u)	309.934	309.934	202.793
Variação Líquida das Disponibilidades	63.069	107.141	102.871

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO NORTE DO ESPIRITO SANTO - SICOOB NORTE - SICOOB NORTE, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 01/11/1988, filiada à COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB NORTE possui 19 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SÃO GABRIEL DA PALHA - ES, SÃO DOMINGOS DO NORTE - ES, ÁGUIA BRANCA - ES, NOVA VENÉCIA - ES, GOVERNADOR LINDENBERG - ES, VILA VALÉRIO - ES, BARRA DE SÃO FRANCISCO - ES, SÃO MATEUS - ES, PINHEIROS - ES, MONTANHA - ES, ECOPORANGA - ES, PANCAS - ES, VILA PAVÃO - ES, BOA ESPERANÇA - ES, PEDRO CANÁRIO - ES, CONCEIÇÃO DA BARRA - ES.

O SICOOB NORTE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 18/01/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os

Notas Explicativas

encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2018.

u) Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	14.191	7.663
Relações interfinanceiras - centralização financeira	295.743	195.130
TOTAL	309.934	202.793

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.168	-
TOTAL	4.168	-

Aplicação de garantia junto ao Bancoob para concessão de financiamentos rurais a cooperados.

4.1 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Título De Renda Fixa – Curto Prazo	263	919
Título De Renda Fixa – Longo Prazo	-	373
TOTAL	263	1.292

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

4.2 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rdc - pós-fixado	27	995
Total	554	1.495

5. Relações Interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	295.743	195.130
TOTAL	295.743	195.130

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado na Resolução CMN nº 4.434/2015.

5.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2018 no montante de R\$ 15.678 mil (31/12/2017 – R\$ 14.566 mil) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Ingressos de Depósitos Interooperativos".

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	1.035	-	1.035	1.065
Empréstimos	204.233	142.159	346.392	345.425
Títulos Descontados	33.705	-	33.705	37.852
Financiamentos	13.652	14.622	28.274	29.205
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	191.466	107.232	298.698	310.619
Total Operações de Crédito	444.091	264.013	708.104	724.166
(-) Provisões para Operações de Crédito	-65.314	-67.401	-132.715	-106.270
TOTAL	378.777	196.612	575.389	617.896

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	10.350	-	104	61	10.515	-	2.733	-
A 0,5% Normal	57.034	384	6.605	48.486	112.509	-564	84.097	-420
B 1% Normal	83.664	2.689	10.537	138.140	235.030	-2.350	346.163	-3.463
B 1% Vencidas	1.625	10	153	3.160	4.948	-49	3.870	-39
C 3% Normal	66.718	3.351	6.730	44.797	121.596	-3.648	113.921	-3.418
C 3% Vencidas	5.189	240	512	1.775	7.716	-231	14.362	-431
D 10% Normal	15.890	1.570	1.318	19.872	38.650	-3.865	25.037	-2.504
D 10% Vencidas	2.487	222	339	2.860	5.908	-591	5.133	-513
E 30% Normal	9.707	462	607	9.923	20.699	-6.210	9.692	-2.908
E 30% Vencidas	2.663	178	226	1.034	4.101	-1.230	6.080	-1.824

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
F 50% Normal	15.216	192	182	4.270	19.860	-9.931	16.891	-8.445
F 50% Vencidas	16.636	155	267	2.263	19.321	-9.660	6.846	-3.423
G 70% Normal	28.258	91	229	4.880	33.458	-23.420	30.546	-21.382
G 70% Vencidas	5.980	191	157	3.094	9.422	-6.595	4.315	-3.020
H 100% Normal	22.114	181	40	9.256	31.591	-31.591	35.172	-35.172
H 100% Vencidas	26.564	1.121	268	4.827	32.780	-32.780	19.308	-19.308
Total Normal	308.951	8.920	26.352	279.685	623.908	-81.579	664.252	-77.712
Total Vencidos	61.144	2.117	1.922	19.013	84.196	-51.136	59.914	-28.558
Total Geral	370.095	11.037	28.274	298.698	708.104	-132.715	724.166	-106.270
Provisões	-97.415	-2.181	-1.574	-31.545	-132.715	-	-106.270	-
Total Líquido	272.680	8.856	26.700	267.153	575.389	-	617.896	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	1.035	-	-	1.035
Cheque Especial / Conta Garantida	10.002	-	-	10.002
Empréstimos	64.670	129.561	142.159	336.390
Títulos Descontados	30.248	3.457	-	33.705
Financiamentos	4.160	9.492	14.622	28.274
Financiamentos Rurais	48.301	143.165	107.232	298.698
TOTAL	158.416	285.675	264.013	708.104

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	2.188	108.403	12.246	17.674	140.511	20%
Setor Privado - Indústria	151	16.111	2.716	11.824	30.802	4%
Setor Privado - Serviços	1.917	79.621	10.654	-	92.192	13%
Pessoa Física	6.706	146.187	8.046	266.845	427.784	60%
Outros	75	14.342	43	2.355	16.815	3%
TOTAL	11.037	364.664	33.705	298.698	708.104	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	106.270	67.326
Constituições	57.447	66.134
Transferência para prejuízo	(31.002)	(27.190)
TOTAL	132.715	106.270

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	24.456	3,00%	22.548	3,00%
10 Maiores Devedores	110.314	16,00%	108.254	15,00%
50 Maiores Devedores	213.091	30,00%	209.906	29,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	56.939	38.850
Valor das operações transferidas no período	31.002	27.190
Valor das operações recuperadas no período	-11.443	-8.559
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-1.156	-542
TOTAL	75.342	56.939

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças honrados	1.156	1.351
Rendas a Receber	4.007	1.802
Rendas Serviços arrecadação de convênios	584	468
Rendas da Centralização da Administração Financeira	1.520	1.080
Rendas de Del Credere a receber	1.672	-
Outras Rendas a Receber	231	254
Diversos	6.366	5.555
Adiantamento e Antecipações salariais	138	109
Adiantamentos Para Pagamentos De Nossa Conta	2	-
Adiantamento por conta de Imobilizações	41	26
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	4.522	4.238
Impostos e Contribuições a Compensar	672	615
Pagamentos a Ressorcir	204	95
Títulos e Credito a Receber	396	288
Devedores Diversos - País	391	184
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	-973	-1.011
TOTAL	10.556	7.697

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 562 mil), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 2.846 mil), Para Interposição de Recursos Trabalhistas (R\$ 865 mil) e Outros (R\$ 249 mil). Classificados no Ativo Não Circulante e melhor detalhado na Nota 27.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio	16.224	7.676
Material em Estoque	37	235
(Provisões para Desvalorizações)	-2.931	-
Despesas Antecipadas	560	45
TOTAL	13.890	7.956

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Registraram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	17.581	15.496
Participações inst financ controlada coop crédito	8.398	7.452
TOTAL	25.979	22.948

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	17	0	-
Terrenos	311	311	-
Edificações	4.293	4.293	4%

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	-633	-463	
Instalações	5.856	6.127	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-4.006	-3.494	
Móveis e equipamentos de Uso	3.337	3.275	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-1.810	-1.547	
Sistema de Comunicação	235	221	20%
Sistema de Processamento de Dados	2.618	2.419	10%
Sistema de Segurança	832	843	10%
Sistema de Transporte	76	76	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-2.721	-2.462	
TOTAL	8.405	9.599	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10.1 Intangíveis

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Software e Direito de Uso	919	876	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	-838	-756	
TOTAL	81	120	

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré- fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	139.582	90.338
Depósito Sob Aviso	4.188	4.425
Depósito a Prazo	278.299	241.072
TOTAL	422.069	335.835

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	17.972	4,00%	4.850	1,00%
10 Maiores Depositantes	66.891	16,00%	30.555	9,00%
50 Maiores Depositantes	122.159	29,00%	75.808	23,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	-266	-449
Despesas de Depósitos a Prazo	-16.341	-24.823
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	-1.159	-123
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-608	-540
TOTAL	-18.374	-25.935

11.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias.

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2018		31/12/2017
	Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio	6.081	21.643	14.177
TOTAL	6.081	21.643	14.177

12. Relações Interfinanceiras

12.1 - Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018		31/12/2017
			Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Cooperativa Central	Diversos	Diversos	60.900	32.077	88.656
Recursos do Bancoob	Diversos	Diversos	76.413	93.870	203.639
TOTAL			137.313	125.947	292.295

12.2 Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018		31/12/2017
			Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Cooperativa Central - Rotativo	Diversos	Diversos	7.644	-	7.644
TOTAL			7.644	-	7.644

12.3 As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2018 o montante de R\$ 23.433 mil (31/12/2017 – R\$ 23.308 mil) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses".

12.4 Correspondentes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as obrigações com Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Correspondentes	33	32
Total	33	32

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2018	2017
Ordens de Pagamento (a)	2.678	3.193
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	98	75
TOTAL	2.776	3.268

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

14. Outras Obrigações

14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Operações De Crédito - Iof	109	238
Operações Com Títulos E Valores Mobiliários	2	1
Recursos Do Proagro	-	1
Recebimentos de Tributos Estaduais e Municipais	-	2
TOTAL	111	242

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido.

14.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Participações nos Lucros	1.161	701
Resultado de Atos com Associados (a)	360	2.176
Resultado de Atos com Não Associados (a)	734	147
Gratificações e Participações a Pagar	169	-
Cotas de Capital a Pagar (b)	4.051	3.920
TOTAL	6.475	6.944

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	1.098	1.327
TOTAL	1.098	1.327

14.4 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	111	4
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	1.884	1.492
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.819	2.456
Despesa de Pessoal	1.602	1.434
Aluguéis	57	41
Comunicações	38	35
Propaganda e Publicidade	-	1
Promoções E Relações Públicas	13	-
Manutenção e Conservação de Bens	3	9
Transporte	30	89
Plano de Saúde	17	115
Seguro	187	-
Compensado	113	94
Seguros a Recolher	4	4
Seguros Prestamista	475	423
Provisão de Cartões a Pagar	151	129
Outras Despesas Administrativas	129	82
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	1.673	1.220
Credores Diversos - País	2.084	895
Pendência a regularizar	64	137
Diferença de Caixa	26	15
Pagamento a Processar	517	-
Pendência a Regularizar Bancoob	878	79
Cooperativa Central	252	210
Valores a Pagar arrecadação	15	21
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	24	21
Outros	14	11
Cheques Depositados	236	341
Credores Diversos – Liquidação de cobrança	58	60
TOTAL	8.571	6.067

São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 52.523 mil (R\$ 43.306 mil em 31/12/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

15. Instrumentos financeiros

O SICOOB NORTE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	131.364	129.376
Associados	38.908	34.061

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária

Constituída com 1% sobre as sobras referente ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em abril de 2018, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a decisão foi para aumento do capital social, no valor de R\$ 2.964.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	7.937	7.557
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(734)	(147)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	7.204	7.410
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(3.962)	(4.076)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(360)	(370)
Fundo de Investimento Social – 1%	(72)	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.809	2.964

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receita de prestação de serviços	9.436	8.122
Despesas específicas de atos não cooperativos	-1.648	-1.517
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	-2.461	-1.829
Resultado operacional	5.327	4.776
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	-2868	73
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	2.459	4.849
Receitas tributáveis, mas que não compõem o Ato Não cooperativo	-1.725	-4.702
Resultado destinado para o Fates Ato Não Cooperativo	734	147

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 8.228 mil, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à

Notas Explicativas

Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	237	4.800
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	130	45
Reversão Provisão Para Contingências	365	46
Rendas Juros Cartão de Crédito	2.858	2.721
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	350	466
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	123	66
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	396	129
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	1.037	857
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	17	7
Atualização de Depósitos Judiciais	0	0
Dividendos	928	866
Rendas De Repasses Delcredere	2.870	1.095
Juros ao Capital recebido do Sicoob Central ES	99	154
Outras Rendas Operacionais	-	1.556
TOTAL	9.410	12.808

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, reversão de garantias prestadas, reversão de provisões para contingência, receitas com cartão de crédito e delcredere.

19.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.368	1.796
Rendas de Empréstimos	70.511	81.154
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	9.648	12.592
Rendas de Financiamentos	6.397	6.735
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	0	1.646
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	7.120	2.887
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	5.740	4.161
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	4.659	2.991
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	1.286	202
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	8.591	3.861
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	0	11.683
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	168	0
Rendas c/ Tit.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	27	995
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	11.443	8.559
TOTAL	126.958	139.262

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-1.340	-2.881
Despesas de Descontos Concedidos	-633	-126
Despesas de Recursos do Proagro	0	0
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-631	-641
Provisão para Passivos Trabalhistas	0	-280
Despesas com Correspondentes Cooperativos	-231	-262
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Fraudes Externas	-12	-29
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais	-5	-14
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	-541	-611
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento	-1.556	0
Outras Despesas Operacionais	-647	-294
Garantias Financeiras Prestadas	-583	-581
Contingências	-858	-87
TOTAL	-7.037	-5.806

São despesas de provisões para contingências, provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

20.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas De Captação	-18.374	-25.935
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-23.433	-23.308
Provisões para operações de crédito	-57.410	-66.081
TOTAL	-99.217	-115.324

A despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso e repasses contratados.

21. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	29
Ganhos de Capital	36	104
Ganhos de Aluguéis	22	0
Outras Rendas não Operacionais	38	74
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-8	-48
(-) Perdas de Capital	-24	-75
(-) Despesas de Provisões não Operacionais (a)	-2.931	-
(-) Outras Despesas não Operacionais	-1	-11
Resultado Líquido	-2.868	73

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

(a) Provisão referente a laudos de reavaliação de bens não de uso próprio ou devido a processos de reintegração de posse sobre esses bens.

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.167	0,12%	7
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	487	0,05%	3
TOTAL	1.654	0,17%	10
Montante das Operações Passivas	706	0,17%	-

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Conta Garantida	13	-	0%
Crédito Rural	1.656	15	1%
Empréstimo	480	5	0%
Financiamento	36	-	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	1.478	1,06%	-
Depósitos a Prazo	1.807	0,58%	92% à 100% do CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta garantida ¹	1,62% a.m à 5,97% a.m	1,62% a.m à 5,97% a.m
Desconto de Cheques	2,00% a.m. à 4,00% a.m	2,00% a.m. à 4,00% a.m
Empréstimos ²	0,72 + CDI% a 1,50% a.m.	CDI + 0,42% a.m à 4,85% a.m
Crédito Rural - RPL	1,25% à 2,80% a.m	1,25% à 2,80% a.m
Crédito Rural - Repasses	2,5% à 8,75 a.a.	6,00% à 9,50 a.a.
Aplicações financeiras – RDC	92% à 100% do CDI	92% à 100% do CDI
Aplicações financeiras – LCA Pós CDI	86% do CDI	86% do CDI

¹ - Taxa de 1,62% refere-se a Conta Garantia com taxa reduzida em compensação a contrata de Limite de Desconto

de Títulos;

² - Taxa de 0,50+CDI é devido a contratação da Linha UNIMED - COTAS PARTES SACD PÓS-FIXADA, estando à taxa de acordo com à Planilha.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	3.957
Empréstimos e Financiamentos	884

e) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2018
Honorários e Cédula de Presença	1.496
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	76

23. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO NORTE DO ESPIRITO SANTO - SICOOB NORTE - SICOOB NORTE, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB NORTE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL ES:

24. Gerenciamento de Risco

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as

Notas Explicativas

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência	186.263	197.998
Margem de Compatibilização	105.852	114.887
Índice da Basileia	27.80%	30.97%
Margem de Imobilização	84.727	89.297

27. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	3.408	3.408	3.334	3.334
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.071	865	761	655
Outros	543	249	360	249
TOTAL	5.022	4.522	4.455	4.238

(a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB NORTE, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 411 mil.

SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, 18 de janeiro de 2019

Nivaldo Mauri

Diretor Executivo

CPF: 774.913.007-15

Paulo Roberto Silva

Diretor Operacional

CPF: 844.330.277-15

Wanderson Vieira da Silveira

Contador CRC nº 016925/O-0-ES

CPF: 099.673.817-79

Relatório de Auditoria

mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 11 de fevereiro de 2019.



Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O-4
CNAI 2.994

Parecer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Norte do Espírito Santo – Sicoob Norte, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos – CNAC, datado de 11 de fevereiro de 2019, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

São Gabriel da Palha/ES, 12 de fevereiro de 2019.

Michel Pereira Machado

Coordenador do Conselho Fiscal

Laércio Lorenzoni

Secretário do Conselho Fiscal

Edson Gums Mielke

Conselheiro Fiscal - Efetivo

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Norte do Espírito Santo – SICOOB NORTE

São Gabriel da Palha/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Norte do Espírito Santo – SICOOB NORTE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB NORTE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e

FALCÃO QUER ESCALAR VOCÊ.

PROMOÇÃO #VEMPROTIME

Abra sua conta pelo aplicativo **Faça Parte** com o código **#vemprotime**, e participe do sorteio que vai levar o Falcão pra jogar uma pelada com você, além de concorrer a doze camisas autografadas pelo craque.

Central de Atendimento Sicoob | Atendimento 24h | Capitais e regiões metropolitanas: 4000-1111 | Demais localidades: 0800 642 0000 | Ouvidoria Sicoob | Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h 0800 725 0996 | www.ouvidoriasicoob.com.br | Deficientes auditivos ou de fala | Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 940 0458 | Demais serviços de atendimento | www.sicoob.com.br

Certificado de Autorização SEAE/MF Nº 01.000/47/2018. Consulte o regulamento no site www.sicoob.com.br/vemprotime

SICOOB
Faça parte.